

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer: 201800627

Unidade Auditada: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Ministério Supervisor: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Município/UF: Curitiba (PR)

Exercício: 2017

Autoridade Supervisora: Rossieli Soares da Silva

1. Tendo em vista os aspectos observados na prestação de contas anual do exercício de 2017, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.
2. Para o escopo do trabalho de auditoria foram selecionados processos e fluxos considerados estratégicos para a universidade, dentre os quais destaco, especialmente: a Gestão de Pessoas; a Estrutura, Condições de Funcionamento e Desempenho das Auditorias Internas; e Gestão de Uso dos Espaços Físicos.
3. No que se refere à Gestão de Pessoas, o escopo de avaliação contemplou observância da legislação sobre a remuneração, a conformidade da concessão de adicional de retribuição por titulação previsto na Lei nº 12.772/2012; e a conformidade da regulação e concessão de flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas, considerando o estabelecido no Decreto nº 1.590/1995. Constatou-se que, de forma geral, há regularidade dos pagamentos de remuneração dos servidores e da concessão da Retribuição por Titulação, ressaltando-se que as possíveis inconsistências identificadas em relação à remuneração de pessoal têm sido esclarecidas ou solucionadas pelos gestores. No entanto, no que se refere à concessão de jornada de trabalho flexibilizada de trinta horas semanais aos servidores técnico-administrativos em educação, verificou-se que a concessão no final do exercício sob exame abrangia cerca de 70% dos técnicos, servidores que não atendiam ao público, bem como setores que não havia exigência de atividades contínuas. Ademais, as inconsistências vêm sendo apontadas pela CGU desde 2013.
4. Sobre o escopo a respeito das Auditorias Internas, avaliou-se questões como posicionamento organizacional, articulação com instâncias superiores, formalização estatutária, recursos de trabalho, e aprovação e eficácia do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT). No caso da UFPR, a Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Curadores, que aprova o regulamento da AUDIN, o PAINT, bem como as decisões acerca da nomeação e exoneração do Auditor-Chefe. Observou-se que os

normativos internos contemplam parcialmente os quesitos necessários à atuação e estruturação da unidade de Auditoria Interna, conforme disposto no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, tendo sido identificada a necessidade de alterações nos normativos de forma a contemplar lacunas quanto à definição da responsabilidade, perfil e obrigações do auditor-chefe. Identificou-se que as atividades realizadas pela Auditoria Interna em relação às planejadas no PAINT foi em torno de 67% no exercício de 2017.

5. Quanto à Gestão de Uso de Espaços Físicos, buscou-se avaliar a eficiência da ocupação dos imóveis para as atividades típicas da Universidade, a regularidade do processo de escolha dos outorgados, da formalização e do acompanhamento dos contratos celebrados, e a efetividade das providências adotadas em relação às eventuais ocupações irregulares de espaços físicos nos campi Universitário. Diante disso, identificou-se a inexistência de estudos de demanda fundamentados tecnicamente, a fim de subsidiar as decisões de construção, reforma e ampliação de imóveis, bem como a carência de informações e dados relacionados à gestão imobiliária. Constatou-se a existência de imóveis ociosos ou subutilizados em que pese a UFPR estar realizando despesas com locação de imóveis de terceiros. Ressalta-se a regularidade nas práticas adotadas pela gestão correlacionadas às outorgas de uso do espaço físico da entidade auditada no que se refere à formatação dos instrumentos legais de contratação, ressaltando-se a inexistência de fiscais para o acompanhamento dos referidos contratos. Não foram identificados espaços ocupados irregularmente.

6. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília/DF, 23 de outubro de 2018.

VICTOR GODOY VEIGA

Diretor de Auditoria de Políticas Sociais 1